



**ACÓRDÃO Nº 983/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1873/2009.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Sr. Odenildo Teixeira Sena, Diretor-Presidente e Sra. Ana Lúcia Mendes dos Santos, Ordenadora de Despesas e Diretora Administrativa.
- 4- **Órgão:** Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.
- 5- **Exercício:** 2008.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5005/2017-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls.2397/2400).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.

*Contas Irregulares. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular a Prestação de Contas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM**, sob a responsabilidade do **Sr. Odenildo Teixeira Sena**, Diretor-Presidente, **Sra. Ana Lúcia Mendes dos Santos**, Ordenadora de Despesas e Diretora Administrativa, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades “a”, “e”, “j”, “k”, “n”, “o”, “r” e “s”, erguidas pela DICA/AM e consideradas não sanadas, bem como as impropriedades levantadas pela DICOP elencadas em seu Relatório conclusivo de nº 16/20016 e listados no item 22 da Proposta de Voto;
- 10.2. **Aplicar multa ao Sr. Odenildo Teixeira Sena**, Diretor-Presidente, e a **Sra. Ana Lúcia Mendes dos Santos**, Ordenadora de Despesas e Diretora Administrativa durante o exercício de 2008, no valor de R\$



**ACÓRDÃO Nº 983/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

32.267,08 (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e oito centavos) nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado pela Resolução nº 1/2009, à época, em decorrência dos atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades “a”, “e”, “j”, “k”, “n”, “o”, “r” e “s”, erguidas pela DICA/AM e consideradas não sanadas, bem como as impropriedades levantadas pela DICOP elencadas em seu Relatório conclusivo de nº 16/20016 e listados no item 22 da Proposta de Voto;

**10.3. Declarar em Alcance, solidariamente, o Sr. Odenildo Teixeira Sena,** Diretor-Presidente (no período de 01/07/2005 a 06/07/2010), **Sra. Ana Lúcia Mendes dos Santos,** Ordenadora de Despesas e Diretora Administrativa (no período de 01/06/2005 a 01/06/2009), **Sra. Elizabeth Brocki,** Ex-Diretora Técnica-Científica da FAPEAM, e Sra. Sandra Sueli Fontes Rodrigues, Fiscal da SEINFRA, no valor de R\$ 207.779,02 (duzentos e sete mil, setecentos e setenta e nove reais e dois centavos) em razão da assinatura, autorização de pagamento, omissão e aprovação de contrato de aditivo o qual culminou em ato lesivo ao estado, nos termos da segunda parte do inciso I e III do art. 304 do RITCE/AM;

**10.4. Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

**10.4.1** realize o planejamento prévio dos gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias e cumulativo ao longo do exercício financeiro, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, § 2º, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

**10.4.2** nas licitações e contratos, observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, §2º, I da Lei federal nº 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei 8666/93), entre outras;

**10.4.3** realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei 8.666/93;



**ACÓRDÃO Nº 983/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.4.4** observe as regras relacionadas à Lei 4320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III), com controle eficaz, principalmente, dos carros dessa Autarquia;

**10.4.5** observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**11- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 17 de Outubro de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário Manoel Coelho de Mello.

**13.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral